



ESTADO DE SANTA CATARINA

**ATO Nº 402/2021**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 286, de 07 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal Consolidado**, relativo ao **terceiro quadrimestre de 2020** e a **republicação** do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, relativos ao terceiro quadrimestre de 2020, publicados no Diário Oficial do Estado nº 21.447, de 29 de janeiro de 2021. Todos os demonstrativos foram elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA  
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	EMPENHADAS														
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) <sup>1</sup>	1.340.815.691,19	1.357.666.169,63	1.448.979.177,39	1.392.543.844,85	1.366.921.949,54	1.358.678.354,18	1.493.413.168,73	1.463.804.073,04	1.451.843.861,82	1.481.271.328,73	1.600.028.542,56	1.717.263.336,44	17.473.229.498,10	8.087.276,04	
Pessoal Ativo	767.042.199,21	776.928.715,52	857.988.426,89	804.441.848,52	787.920.223,42	786.291.762,37	832.962.389,75	818.536.413,64	851.534.199,06	892.215.383,03	965.653.494,87	1.074.649.578,55	10.216.164.634,83	2.869.115,81	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	647.384.133,12	652.720.618,58	732.447.467,26	677.226.087,60	665.954.692,73	666.152.722,54	707.611.348,02	694.103.783,09	729.673.380,92	766.183.717,89	819.544.612,39	923.389.475,84	8.682.392.039,98	2.588.946,24	
Obrigações Patronais	119.010.285,84	124.065.504,39	125.399.551,72	127.093.356,07	121.873.901,13	120.139.039,83	125.351.041,73	124.432.630,55	121.860.818,14	126.031.665,14	146.108.882,48	151.260.102,71	1.532.626.779,73	280.169,57	
Benefícios Previdenciários	647.780,25	142.592,55	141.407,91	122.404,85	91.629,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.145.815,12	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	573.773.491,98	576.581.734,81	587.188.603,48	584.973.777,05	574.786.880,18	568.689.225,49	656.284.763,68	640.869.631,75	596.344.214,00	583.816.247,76	630.026.818,37	638.652.486,79	7.211.987.875,34	198.227,21	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	487.622.766,44	491.390.397,58	501.522.407,83	499.532.723,80	489.755.650,11	486.335.324,36	566.247.287,09	554.776.657,39	509.050.750,82	494.966.081,84	540.717.689,61	548.115.969,94	6.170.033.706,81	174.301,32	
Pensões	86.150.725,54	85.191.337,23	85.666.195,65	85.441.053,25	85.031.230,07	82.353.901,13	90.037.476,59	86.992.974,36	87.293.463,18	88.850.165,92	89.309.128,76	90.536.516,85	1.041.954.168,53	23.925,89	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	4.155.719,30	3.802.147,02	3.128.219,28	4.214.845,94	3.697.366,32	4.166.015,30	4.398.027,65	3.965.448,76	5.239.697,94	4.348.229,32	3.961.271,10	45.076.987,93	5.019.933,02	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	195.337.179,66	190.544.983,08	206.717.477,55	214.042.559,97	192.208.081,82	185.291.771,37	294.950.606,86	279.900.307,49	261.897.981,26	242.483.390,07	310.230.163,30	359.780.726,79	2.933.385.229,22	202.719,06	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.645.025,23	13.266.364,66	13.371.948,61	6.745.825,39	8.142.388,90	7.383.600,89	7.033.395,09	12.945.141,92	47.481.932,66	37.455.489,98	20.557.933,08	70.637.166,92	258.666.213,33	162.795,12	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	10.525.067,65	10.256.602,67	6.043.026,27	19.309.034,98	4.183.265,84	3.470.755,51	88.472.905,69	72.805.507,18	20.630.432,08	17.209.502,74	65.557.632,75	31.789.327,01	1.530.253.060,37	38.290,12	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração <sup>2</sup>	1.591.303,04	1.783.319,43	1.922.333,87	278.873,93	414.939,40	14.346,39	213.246,52	561.774,12	109.742,18	49.947,33	8.099,54	39.900.833,68	46.848.759,43	1.633,82	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>3</sup>	169.575.783,74	165.238.696,32	185.380.168,80	187.708.825,67	179.467.487,68	174.423.068,58	199.231.059,56	193.587.884,27	193.675.874,34	187.768.450,02	224.106.497,93	217.453.399,18	2.277.617.196,09	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.145.478.511,53	1.167.121.186,55	1.242.261.699,84	1.178.501.284,88	1.174.713.867,72	1.173.386.582,81	1.198.462.561,87	1.183.903.765,55	1.189.945.880,56	1.238.787.938,66	1.289.798.379,26	1.357.482.609,65	14.539.844.268,88	7.884.556,98	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		26.861.365.172,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) <sup>4</sup>		14.255.227,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) <sup>4</sup>		24.073.077,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		26.823.036.868,05
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>		<b>14.547.728.825,86</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		16.093.822.120,83
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		15.289.131.014,79
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		14.844.439.908,75

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

- <sup>1.a</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
- <sup>1.b</sup> No Poder Executivo, foram deduzidas da Despesa Bruta com Pessoal os valores arrecadados relativos ao Ressarcimento de Pessoal Cedido (naturezas de receitas 19239911xx e 79239911xx) nos respectivos meses de arrecadação. Em dezembro foi excluído o valor total arrecadado no ano relativo ao ressarcimento de despesas fora do período de cômputo da despesa com pessoal, contabilizados na conta contábil 8.2.4.1.3.02.00 -Receita de Pessoal Cedido - exercícios anteriores, em conformidade com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- <sup>1.c</sup> Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.
- <sup>1.d</sup> No Poder Executivo houve inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59 - Pensões Especiais, referente as seguintes subações: 1039 - Pensão a ex-servidor não estável; 1052 - Pensão a ex-servidor que não contribui para a previdência/IPREV; 1054 - Pensão a viúvas de ex-parlamentares; 1055 - Pensão à família do policial morto no cumprimento do dever - Militar Especial; 1056 - Pagamento de pensão em função de decisão judicial; 1057 - Pensão às viúvas de Juizes de Paz; 1059 - Subsídio a ex-governadores de Estado e 1060 - Pensão às viúvas de ex-governadores.
- <sup>1.e</sup> No mês de abril foram incluídas despesas não empenhadas, no Poder Executivo, referente à provisão de férias no valor de R\$ 11.548.766,61, conforme dados extraídos do relatório SIGEF Imprimir Arquivo Férias por Competência, os quais foram deduzidos no mês de agosto em virtude do empenhamento da despesa. Além disso foram R\$ 9.342.282,94 de despesas sem empenho referentes a valores retroativos devidos, conforme processo SEF 3495/2020.
- <sup>1.f</sup> Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas no demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPALESC - Fundo Financeiro.
- <sup>1.g</sup> No Gasto com Pessoal do TCE não foram consideradas as despesas com Abono de Permanência pagos aos servidores e membros, no montante de R\$2.368.933,16, caracterizadas juridicamente como verba indenizatória, consoante decisão plenária prolatada em 06/12/2017 no processo CON 17/00678660.
- <sup>1.h</sup> No Gasto com Pessoal da ALESC não foram consideradas as despesas com Abono de Permanência pagos a servidores, no montante de R\$ 5.911.110,82, caracterizado como verba indenizatória, conforme decisão 893/2017, publicado no diário 2320 de 12/12/2017 do TCE-SC. Além disso, não foi considerada a despesa com licença prêmio convertida em pecúnia no montante de R\$ 997.000,90, caracterizada, também, como verba indenizatória.
- <sup>1.i</sup> No Gasto com Pessoal do TJSC não foram consideradas as despesas com Abono de Permanência no valor de R\$ 15.050.895,91, nos termos da decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina no processo 1700678660.
- <sup>1.j</sup> No Gasto com Pessoal do MPSC não foram consideradas as despesas com Abono de Permanência no valor de R\$ 5.307.815,15, conforme entendimento Tribunal de Contas de Santa Catarina nos Termos de Consulta n. 17/00678660. Além disso não foram considerados os valores de IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte do Pessoal Ativo equivalente a R\$ 77.775.354,06, em conformidade com Despacho Processo n. 2019/009029, fl.37, e os valores referentes às verbas indenizatórias, como: diárias, auxílio alimentação, auxílio moradia, indenização de férias e patrimonial do plano de saúde dos servidores.
- <sup>2</sup> Na publicação do 1º e 2º quadrimestre do Poder Executivo são consideradas nesta linha apenas as despesas de exercícios anteriores identificadas no momento do empenho como fora do período de apuração (mês de referência e os onze anteriores). Esta identificação está em subelementos específicos. Na publicação do 3º quadrimestre foi considerado o total das despesas liquidadas no ano, visto que em dezembro de 2020, pode-se afirmar com certeza que todas as despesas de exercícios anteriores estão fora do período de apuração.
- <sup>3</sup> Referem-se as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS/SC.
- <sup>4</sup> Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada são obtidas por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço [www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais) - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA  
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA <sup>1</sup>	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras <sup>2</sup>					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>2.266.994.159,30</b>	<b>221.494,97</b>	<b>93.563.386,57</b>	-	<b>35.467.567,06</b>	-	<b>2.137.741.710,70</b>	<b>249.636.005,13</b>	-	<b>1.888.105.705,57</b>
Recursos Ordinários	1.467.734.926,36	221.494,97	57.195.314,78	-	33.649.901,30	-	1.376.668.215,31	129.869.959,04	-	1.245.447.830,24
Outros Recursos não Vinculados	799.259.232,94	-	36.368.071,79	-	1.817.665,76	-	761.073.495,39	119.766.046,09	-	641.289.489,50
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>8.803.884.760,25</b>	<b>2.256.172,81</b>	<b>134.588.467,91</b>	-	<b>6.280.618.702,04</b>	-	<b>2.386.421.417,49</b>	<b>442.421.085,45</b>	-	<b>1.944.000.332,04</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação <sup>1</sup>	180.565.053,14	2.024,75	32.187.348,25	-	1.586.180,56	-	146.789.499,58	48.328.615,80	-	98.460.883,78
Transferências do FUNDEB	110.962.548,51	-	12.837.488,30	-	19.104.699,40	-	79.020.360,81	1.184.642,17	-	77.835.718,64
Outros Recursos Vinculados à Educação	429.479.479,72	1.833,21	7.084.400,10	-	3.824,66	-	422.389.421,75	20.129.702,35	-	402.259.719,40
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	230.947.281,32	2.154.371,72	44.609.633,22	-	61.856.577,24	-	122.326.699,14	122.326.699,14	-	-
Outros Recursos Vinculados à Saúde	387.440.605,66	3.357,60	14.175.500,95	-	10.012.049,18	-	363.249.697,93	103.858.811,87	-	259.390.886,06
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.673.378,73	-	29.034,08	-	-	-	4.644.344,65	127.594,52	-	4.516.750,13
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário <sup>1</sup>	272.464,89	-	21.528,25	-	69.341.420,99	-	69.090.484,35	7.598.426,36	-	76.688.910,71
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	335.497.278,32	8.915,91	-	-	-	-	335.488.362,41	16.809.732,48	-	318.678.629,93
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	15.498.910,11	-	75.334,91	-	17,00	-	15.423.558,20	27.394,30	-	15.396.163,90
Recursos Vinculados a Precatórios	258.699.249,11	-	-	-	258.699.249,11	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	5.766.928.423,91	-	-	-	5.766.928.423,91	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	1.082.920.086,83	85.669,62	23.568.199,85	-	93.086.259,99	-	966.179.957,37	122.029.466,46	-	843.587.214,62
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>11.070.878.919,55</b>	<b>2.477.667,78</b>	<b>228.151.854,48</b>	-	<b>6.316.086.269,10</b>	-	<b>4.524.163.128,19</b>	<b>692.057.090,58</b>	-	<b>3.832.106.037,61</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

**NOTA EXPLICATIVA:**

<sup>1</sup> O valor da coluna de Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras consideradas equivalente de caixa. Dessa forma, não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contas 1.1.4. Para fins de elaboração deste demonstrativo foram utilizadas as contas de controle por fonte de recursos (8.2.1.7.1.01, 8.2.1.7.4.01 e 8.2.1.7.4.02).

<sup>2</sup> O valor da coluna Demais Obrigações Financeiras representa o valor a pagar de consignações, restos processados cancelados e despesas sem prévio empenho contabilizados nas contas 2.1.8.8.1.01, 2.1.3.1.1.01.01, 2.2.3.1.1.01 e 2.1.8.9.1.28, respectivamente. Além disso, foi somado o valor de R\$ 9.342.282,94 (linha recursos ordinários não vinculados) relativo aos valores retroativos devidos em folha de pagamento do Poder Executivo, conforme processo SEF 3495/2020.

<sup>3</sup> Foram somados R\$ 142.036.333,73 e R\$ 201.180.605,30 nas linhas Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação e Saúde, referente a disponibilidade da Educação e da Saúde na conta única do Tesouro.

<sup>4</sup> O RPPS/SC possui saldo de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (registrados nas contas contábeis 1.1.4) no valor de R\$ 605.159.099,15, já descontado os depósitos de terceiros contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA  
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	26.861.365.172,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	26.847.109.945,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	26.823.036.868,05

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.547.728.825,86	54,24
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	16.093.822.120,83	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.289.131.014,79	57,00
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.484.439.908,75	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	19.022.083.882,79	70,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	53.694.219.890,10	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.307.231.465,39	4,87
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.906.364.187,91	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	131.344.619,84	0,49
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	4.295.537.591,21	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.879.297.696,15	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	692.057.090,58	3.832.106.037,61

FONTE: Anexos do RGF do Poder Executivo e dos demais Poderes do 3º Quadrimestre 2020 - SEF/DCIF/GEINF

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA  
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO